



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

5 de dezembro de 2017

Ata da Centésima Vigésima Oitava Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia cinco do mês de dezembro, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Alan Barbiero, Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, José Augusto, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valderez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Rocha Miranda e Ricardo Ayres. Estava ausente o Senhor Deputado Eduardo Siqueira



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Campos. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 105/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 52/2017, que “dispõe sobre a utilização do Brasão de Armas do Estado do Tocantins”; Mensagem número 107/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 54/2017, que “institui a Escola Indígena Akezanê, no município de Tocantínia”; Mensagem número 109/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 55/2017, que “autoriza o Poder Executivo a ceder à Polícia Rodoviária Federal o uso das instalações físicas que especifica, e adota outras providências”; Mensagem número 112/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, comunicando Veto Integral ao Autógrafo de Lei número 100, de 31 de outubro de 2017, que dispõe sobre a alteração da Lei Estadual número 2.959, de 18 de junho de 2015, de autoria do Senhor Deputado Rocha Miranda; e Ofício oriundo da Secretaria da Fazenda, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Augusto. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

227/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão; 228 e 234/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco; 229 a 233/2017, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso; 235/2017, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse; e os Requerimentos que receberam os números 2.281 a 2.293. Logo após, foram aprovadas as urgências do Projeto de Lei que recebeu o número 227/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão; e os Requerimentos que receberam os números 2.280, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 2.281, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; 2.293, de autoria do Senhor Deputado Alan Barbiero. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Paulo Mourão e José Augusto. Em seguida, o Senhor Deputado Paulo Mourão, convocou Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia, para o dia seis de dezembro, às catorze horas. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciado em turno único, de discussão e votação, a Mensagem Veto número 35/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “veta integralmente o autógrafo de Lei número 3, de 15 de março de 2016, que “Dispõe sobre a concessão de meia passagem para estudantes em transportes coletivos e/ou convencionais intermunicipais no Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 173/2016, o qual votado, secretamente, foi rejeitado, com



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

dezessete votos sim e dois votos não, e encaminhado à Secretaria para reenviar o Autógrafo de Lei e comunicar à autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Mensagem Veto número 90/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “veta integralmente o autógrafo de Lei número 67, de 29 de agosto de 2017, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais que especifica”, que deu origem ao Processo 226/2017, o qual votado, secretamente, foi rejeitado, e encaminhado à Secretaria para reenviar o Autógrafo de Lei e comunicar à autoridade competente. Foi anunciado, em turno único de discussão e votação, o Recurso ao Plenário, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios disporem em local único, específico e com destaque os produtos destinados aos indivíduos celíacos, diabéticos e com intolerância à lactose”, proferido na Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, para aprovar o Projeto de Lei apresentado”, que deu origem ao Processo número 39/2017, o qual votado, foi aprovado e encaminhado ao Plenário para deliberação. Logo após, assumiu a Presidência a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

de Lei números 141/2017, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Casco de Canoa dos Pequenos Produtores Rurais de Rio dos Bois”, que deu origem ao Processo número 200/2017; 163/2017, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Alysso Francisco de Lima”, que deu origem ao Processo número 270/2017; 175/2017, de autoria do Senhor Deputado Alan Barbiero, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao jornalista, educador e teólogo Wolfgang Teske”, que deu origem ao Processo 277/2017; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 8/2017, de autoria da Mesa Diretora, que “altera os artigos 54, 55, 56 e 57 da Resolução número 319, de 30 de abril de 2015, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa e dos Cargos em Comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, estabelecendo atividades e competências dos órgãos que a compõem e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 289, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 1/2017, de autoria da Defensoria Pública do Estado, que



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

“dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos cargos de provimento em comissão de confiança da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 149/2017, o qual votado, nominalmente, foi aprovado, por unanimidade, com dezesseis votos sim e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Deputado Jorge Frederico solicitou a retirada, da pauta da Ordem do Dia, do Projeto de Lei número 1/2017, de autoria do Tribunal de Justiça, que “disciplina o uso dos termos cartório e cartório extrajudicial no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 115/2017, o qual, foi deferido. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 2.215, 2.273, 1.246, 1.240, 1.241, 1.242, 1.243, 1.283, 1.284, 1.285, 1.286, 1.287, 1.288, 1.289, 1.294, 1.295, 1.296, 1.297, 1.245, 1.266, 1.134, 1.135, 1.136, 1.137, 1.222, 1.223, 1.224, 1.225, 1.253, 1.254, 1.261, 1.262, 1.139, 1.140, 1.141, 1.142, 1.218, 1.220, 1.221, 1.226, 1.227, 1.282, 1.492, 1.137, 1.138, 1.259, 1.260, 1.194, 1.229, 1.230, 1.231, 1.250, 1.251, 1.252, 1.264, 1.265, 1.216, 1.217, 1.232, 1.247, 1.248, 1.233, 1.202, 1.203, 1.207, 1.208, 1.211, 1.212, 1.213, 1.234, 1.235 e 1.236, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. No horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Deputado



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

inscrito declinou do uso da palavra. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e doze minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário